

*Enterrando Rui Barbosa:  
um Estudo de Caso da Construção  
Fúnebre de Heróis Nacionais na  
Primeira República*

---

*João Felipe Gonçalves*

*Os funerais de Rui Barbosa: uma etnografia*

Quando o senador, jurista, jornalista e diplomata Rui Barbosa morreu, em 1º de março de 1923, em Petrópolis, já era tratado como herói nacional. Em suas campanhas políticas, suas derrotas eleitorais foram compensadas simbolicamente pela inaudita aclamação das ruas; Rui havia muito acumulara os mais prestigiosos títulos do Brasil da época (como presidente da Academia Brasileira de Letras e do Instituto dos Advogados do Brasil), e no final da vida se tornara um nome internacionalmente reconhecido, o que aumentava ainda mais o gigantesco prestígio de que gozava em seu país.

Em agosto de 1918, realizara-se em todo o Brasil, mas com especial concentração no Rio e em Salvador, o Jubileu Cívico-Literário de Rui Barbosa, que comemorava o suposto cinqüentenário de seu primeiro discurso público (Gonçalves, no prelo). Nunca o país parara de tal forma para celebrar um

personagem vivo e consagrá-lo de forma tão grandiosa. Consolidou-se então a prática de tratar Rui como “gênio”, “semideus”, “apóstolo”, “super-homem” e outros epítetos do gênero. Rui consolidara na ocasião seu prestígio de prócer da *civilização* nacional e de ápice da *cultura* brasileira, por ser o homem que trazia o Brasil para o nível daquelas que então se chamavam *as nações adiantadas*.

Rui foi então expressamente sagrado *imortal*, pois assim foi concebido o Jubileu por seus agentes: como uma cerimônia de imortalização. E, consoante com isso, muitos de seu consagradores passaram a demonstrar certa ansiedade por sua morte. Evoco dois exemplos. Em uma conferência no Gabinete Português de Leitura de Salvador sobre “Rui em face da religião”, um padre jesuíta clamou aos céus que abençoassem Rui, usando as seguintes palavras: “Ora bem, Senhor! Tu, que és o Sol eterno de justiça, despeja os teus raios esplendorosos sobre esse sol terrestre que já vai declinando para o ocaso (...). Atrai-o para Ti (...) para que adormecendo em teu seio logre trocar as misérias desta vida pelos gozos inenarráveis da celeste Jerusalém.”<sup>1</sup> Note-se também o poema que o próprio autor, o estudante Rafael Dias dos Santos, declamou em praça pública, num concorrido cortejo cívico em Salvador:

Prossegue, ó lutador sublime e forte!  
Com teu talento em prol da Humanidade  
Antes que ao nada te conduza a morte!...

Morrerás? Não! Tua glória se não finda  
Oh! grande! Oh! nobre herói da liberdade!  
E mesmo morto viverás ainda!<sup>2</sup>

Creio ser possível entender o gosto por esse tema pela própria idéia de sacralização e imortalização do homenageado. Sendo ele um ente sagrado, fora de circulação, intocável, sua existência manifesta como indivíduo concreto, como pessoa dotada de corpo como as demais, não deixaria de ser incômoda. O próprio do sagrado é precisamente não ser manifesto, sensível – esses são os atributos definidores do profano. A manifestação corporal, perecível, de Rui poderia ser incongruente com sua sacralidade, a eternidade de seu valor. Ademais, afirmar sua imortalidade passava por reconhecer a mortalidade de uma parte de seu eu, do corpo que se associava a uma inteligência imortal.

Quatro anos depois consumou-se finalmente o desaparecimento de Rui Barbosa em sua manifestação física. Realizaram-se então grandiosos funerais, com honras de chefe de Estado e às expensas do governo federal. O corpo embalsamado permaneceu em Petrópolis até a tarde do dia 2 de março e recebeu a visita de inúmeros amigos e autoridades vindas do Rio especialmente para a

ocasião.<sup>3</sup> Foi também grande a movimentação de jornalistas e populares, ficando a casa da rua Ipiranga repleta de coroas de flores. Um cortejo atravessou Petrópolis pouco antes das 15 horas, quando partiu para o Rio o comboio mortuário, com um dos vagões convertido em câmara ardente. Além da família e do esquife, o trem trazia algumas preeminentes figuras da elite carioca.<sup>4</sup>

O local do velório foi proposto pelo médico, escritor e educador baiano Afrânio Peixoto: a Biblioteca Nacional. O prédio havia muito já se identificava com Rui. Em 1903, uma charge de Alfredo Cândido que se tornaria uma das mais populares de Rui identificava o homem e a instituição: sob o título de *Biblioteca Nacional*, mostrava Rui com uma enorme cabeça, repleta de escadas e estantes de livros.<sup>5</sup> E na Biblioteca se realizara uma das principais solenidades do Jubileu de 1918, organizada pelos correligionários baianos de Rui. Na ocasião, foi inaugurado um busto do homenageado – e até hoje ele é o único personagem a merecer um busto no prédio exclusivamente devido à sua condição de homem de letras.<sup>6</sup> Rui era celebrado por sua cultura vasta, consagrado como um depositário do saber nacional, e por isso era como a versão humana da Biblioteca. Ambos eram a conciliação perfeita das idéias de *cultura e nação*.

A mesma simbologia presidiu a escolha da Biblioteca como local do velório. *O País* (4/3/1923) saudava a escolha dizendo que a “cidadela do saber” se transformara assim “em templo, onde está se cultuando a religião do Patriotismo”. No discurso que pronunciou ao final do velório, o médico e jornalista Constâncio Alves desenvolveu o tema tornado lugar comum: a adequação do prédio ao velório de Rui, pois “aqui vive o Brasil nos documentos da sua história; aqui fulge no pensamento dos seus escritores; aqui palpita no sentimento dos seus poetas”.<sup>7</sup> Rui e a Biblioteca Nacional eram a materialização do Brasil culto.

O traslado do corpo de Rui da estação da Leopoldina, na Praia Formosa, até a Biblioteca foi feito num grande cortejo com muita participação popular. Antes mesmo da chegada do trem, a estação já estava repleta de membros da elite nacional: ministros, secretários dos ministérios, deputados, senadores, altos oficiais das duas forças armadas, o corpo diplomático nacional e estrangeiro, além de comissões de escolas, associações e clubes literários. Predominava o alto mundo da burocracia, mas havia ampla participação de agremiações de cunho educacional e cultural. Quatro ministros de Estado, o prefeito do Distrito Federal e o vice-presidente do Senado pegaram as alças do caixão para transportá-lo para o coche fúnebre, encimado por colunas envoltas em crepe que sustentavam uma cúpula negra.

O cortejo que se seguiu, ao som de bandas militares tocando marchas fúnebres, tinha uma ordem hierárquica rigorosa. Duas carretas antigas, que carregaram os despojos dos imperadores do Brasil quando de seu traslado para o país dois anos antes, iam à frente carregando as coroas de flores, seguidas pelo

coche fúnebre puxado por três pares de cavalos negros. Eram eles guarnecidos por um pelotão de lanceiros em coluna dupla. Atrás, vinham os automóveis trazendo a família, os ministros, o representante do presidente, as comissões das duas casas do parlamento, membros do corpo diplomático estrangeiro e do Supremo Tribunal Federal, representantes da imprensa.

Foi um desfile portentoso da elite para o povo, que lotou as calçadas do trajeto: praças Onze e da República, rua Marechal Floriano e avenida Rio Branco. Os prédios ostentavam bandeiras a meio pau e faixas negras, e um vendedor de folhetos de cordel anunciava, na porta do Colégio Pedro II, uma trova sua sobre o falecido. A multidão era grande até a praça Floriano, onde populares lotavam as proximidades da Biblioteca e as escadarias do Teatro Municipal e do Conselho Municipal. À chegada do cortejo, às 18:15h, duas bandas militares tocaram a marcha fúnebre de Chopin.

No saguão da Biblioteca o corpo seria velado até o dia 4 de março, data de seu traslado para o cemitério. Ainda na noite do dia 2, o presidente Artur Bernardes fez uma visita oficial ao velório, acompanhado de todos os ministros, do prefeito da capital e de altas patentes militares. Foi recebido pela família de Rui e mereceu todas as pompas militares. Novo espetáculo para a multidão que acompanhava, de fora, o movimento.

Mas maior cenário a esperava depois do evento, quando a suntuosa câmara ardente foi aberta à visitação pública.<sup>8</sup> Um severo luxo a caracterizava: do teto pendiam longas tiras de veludo preto; as paredes eram cobertas de pano preto, com as iniciais RB bordadas em prata; os lustres estavam cobertos de crepe negro; um enorme catafalco circundava a eça, coberto de veludo negro e com lágrimas de prata incrustadas. No alto da escadaria do saguão, estava o busto de Rui inaugurado em 1918, coberto de crepe e com a base envolta na bandeira nacional. Um altar de quatro metros de altura estava ao fundo do catafalco. Imensas e numerosas coroas de flores abarrotavam o recinto. Todo o tempo velou o corpo uma guarda de honra, composta por soldados da Marinha e do Exército, ao lado de duplas de senadores que se revezavam. A teatralidade do local era exacerbada, em uma demonstração tanto de luxo e *status* quanto de luto. O cenário inspirava um respeito grandioso, condizente com as alturas a que chegara a glorificação do “venerando extinto”. A ele acorreu grande multidão, durante duas noites, um dia inteiro e a manhã do dia 4.

Nesse dia, a família do morto e muitas pessoas ilustres (como ministros, o corpo diplomático, representantes de Artur Bernardes) assistiram a algumas cerimônias: uma missa de corpo presente, a encomendação do corpo, discursos de despedida. Depois disso, sob grande movimentação, levou-se o corpo até uma carreta do Arsenal de Guerra. Depois de todas as saudações dos militares e escoteiros, formou-se um grandioso cortejo pela avenida Beira-Mar até Botafogo,

ao som de repetidas salvas dos navios e fortalezas da baía, e de marchas fúnebres tocadas por bandas. O número de populares era grande em todo o percurso, como narra *O País* (5/3/1923): “De fora a fora, num raio de círculo enorme, abrangido em cheio pelo olhar, a multidão se comprimia, saindo de todos os pontos, das esquinas das ruas, repontando nas janelas...”. As pessoas subiam aos bancos, postes e árvores, dando a “impressão maravilhosa de uma onda humana sem fim, que crescesse e serpeasse pela via pública”.

A ordem do cortejo era, mais uma vez, rígida, tendo sido anunciada pelos jornais do dia. Na frente vinham a escolta de honra, um esquadrão da cavalaria em primeiro uniforme e o carro do monsenhor Rangel, seguido pela carreta puxada por estudantes, soldados e populares e acompanhada por algumas figuras de destaque, como Miguel Calmon. Atrás, vinham caminhões com as grandes coroas de flores e muitos automóveis em ordem estrita – da família, dos embaixadores, de Azeredo e do presidente da Câmara, das comissões parlamentares, do presidente e dos membros do STF, do representante do presidente da República, dos ministros estrangeiros, dos ministros do governo etc. Era mais um pomposo e cerimonioso desfile da elite que atraía o povo. No caminho, os postes estavam cobertos de crepe negro, transformando a cidade em palco fúnebre. Entrando em Botafogo pela rua São Clemente, o cortejo fez uma parada silenciosa em frente ao palacete de Rui Barbosa, onde ele residira desde 1895.

No cemitério, muitos populares contidos por cordões de isolamento da Guarda Civil já aguardavam havia muito, debaixo de forte sol, e assistiam a discursos espontâneos, ao longo do dia. A massa terminou por subir nos túmulos para ver o cortejo, que atingiu o local ao cair da noite. Desde a rua Dona Mariana a multidão se convulsionava, disputando o direito de puxar um pouco a carreta funerária. Entrando o cortejo no São João Batista, os membros da elite oficial se misturaram à multidão, enquanto o caixão era levado até a capela no alto do cemitério. Ali, ao som dos tiros disparados na baía, monsenhor Rangel abençoou o corpo e vários oradores discursaram. Foram oito no total, incluindo o cônsul da Argentina, João Mangabeira e Evaristo de Moraes. Só depois dos discursos é que entrou o caixão na capela, à qual a multidão continuou em romaria até que os zeladores forçaram o fechamento do cemitério, passando das oito da noite. O corpo de Rui ficou na capela até o ano seguinte, quando foi transferido para um suntuoso mausoléu construído para ele.

Como se pode imaginar a partir das inúmeras homenagens recebidas em vida pelo Conselheiro, as homenagens póstumas não se restringiram a um grandioso funeral. Na própria capital federal, em abril, suntuosas exéquias foram celebradas na Candelária pelo arcebispo coadjutor Sebastião Leme.<sup>9</sup> Em São Paulo e Salvador foram organizados grandes cortejos cívicos com ampla participação das autoridades, dos estabelecimentos de ensino e de associações, seguidos

de concorridas cerimônias religiosas.<sup>10</sup> Seria impossível, aqui, dar conta da profusão de homenagens fúnebres que se realizaram Brasil afora – inúmeras sessões cívicas, missas solenes, inaugurações de retratos, de ruas com o nome de Rui eram noticiadas seguidamente pelos jornais. Delas nos chegam notícias também através de pastas do Arquivo de Rui Barbosa que contêm correspondências que contavam à família homenagens prestadas ao “ilustre morto”. Câmaras municipais de lugares como Macapá, PA, Sumidouro, RJ, Jaboticabal, SP, organizaram sessões solenes em homenagem a Rui.<sup>11</sup> Em Franca, SP, o dia 20 de março foi dedicado a homenagens a ele, que incluíram uma missa campal, uma passeata, a inauguração de um busto e conferências num teatro.<sup>12</sup> Uma cidade de Santa Catarina recebeu seu nome ainda em março de 1923.<sup>13</sup>

Um jornal de São Paulo<sup>14</sup> anunciava em fins de março “Uma Surpresa Tocante”. Narrava ele que a comitiva do secretário estadual de Justiça passava numa vila de umas 20 casas, a 30 km de distância da estrada de ferro e a 500 km da capital do estado, e deparou-se com uma câmara ardente montada no pequeno hotel local. Ali se reuniam diariamente uns habitantes para rezar junto a “uma mesa coberta de negro, improvisada em altar, um retrato de Rui Barbosa, encostado à parede, também forrado de negro, rodeado de flores, algumas das quais murchas e outras já secas”. Mesmo que bastante romantizada, a notícia é indicativa da penetração da figura de Rui no interior do Brasil.

Uma agremiação literária de Belém enviou à família de Rui um grande cartaz com pinturas à mão representando Rui, uma águia, a bandeira nacional enlutada e uma guirlanda de flores. Um texto embaixo notificava a inauguração, em sua sala de honra, de um retrato de Rui. A Associação dos Novos dizia lutar pelo “soerguimento lítero-artístico da Amazônia” e decretava luto oficial de 30 dias para seus membros. Isso indica como era forte a ligação do culto a Rui com associações culturais e com a mocidade.

Além de tantas homenagens cujo desfile poderia ser interminável, remeto ainda às páginas e páginas dos jornais cariocas que relacionam as coroas e telegramas de pêsames enviados à família, ao presidente Artur Bernardes e ao ministro Félix Pacheco. Provavelmente esses telegramas se contariam aos milhares, e as coroas que chegaram ao velório vinham em grande parte de políticos e de associações estudantis, grêmios literários, empresas, associações cívicas etc. Chegaram ainda telegramas de presidentes de outros países (inclusive da França), do rei da Bélgica,<sup>15</sup> de embaixadores, de chanceleres, de parlamentos estrangeiros – o que indica que também fora do país Rui foi tratado como virtual chefe de Estado.<sup>16</sup>

A pasta DC1 do Arquivo da FCRB contém 1.351 missivas dirigidas apenas a Maria Augusta e filhos, organizadas em 26 pastas. Constam aí telegramas de colégios, faculdades, institutos científicos e literários, associações comerciais,

prefeitos, conselhos municipais, juízes federais, grêmios estudantis, clubes de elite, deputados, famílias ilustres (como as de Inglês de Souza e Osvaldo Cruz), empresas, associações étnicas, instituições beneficentes etc. Como curiosidades, talvez cumpra destacar os telegramas do general Rondon e do prefeito de Juazeiro do Norte, Padre Cícero,<sup>17</sup> além de poemas e músicas fúnebres executadas no profundo interior do Brasil.<sup>18</sup>

No exterior, as homenagens a Rui foram também notáveis, incluindo uma sessão especial no Institut de France (de que Rui era sócio correspondente) com a presença do presidente da França; discursos na abertura da sessão da Corte Permanente de Justiça de Haia;<sup>19</sup> uma rua com o nome de Rui no centro de Montevideú; um editorial especial e laudatório do *New York Times*; e cinco minutos de silêncio solene nas escolas públicas da Polônia.<sup>20</sup>

O discurso criado em torno da morte de Rui seguiu basicamente as linhas de sua consagração em vida: ele era afirmado como o maior defensor da liberdade e do direito no Brasil, o arquiteto da República, a súpula da cultura e da erudição brasileiras, a perfeita união entre o Verbo e a Moral. Era erigido como o grande homem, superior, polivalente, capaz de fazer uma nação com suas próprias forças. Era o símbolo de nossa *civilização*.

Para exemplificar a continuada deificação de Rui, evoco um artigo de Vicente de Medeiros, em *O Dia* de 4 de março: “Eras bom, eras justo, e eras perfeito; eras o gênio integralizado numa criatura humana, a quem retirou todas as falhas, todos os defeitos e todas as imperfeições humanas; eras até mesmo semelhante aos deuses, porque eras um deus-criatura moral, que viverá para sempre com a imortalidade dos gênios que são deuses!” E concluía assim o artigo: “Tu, Mestre augusto, Apóstolo divino, Templário da Bondade, Cavaleiro da Fé, Vigilante do Direito, Defensor da Ordem, Guia, Imperador, Formador e Mentor da Mentalidade Brasileira, último e mais alto escalão da Mentalidade Latina, não! não morrerás!”

Menos exaltado era o jornal *A Rua*, que, no dia seguinte à morte de Rui, escrevia: “Extinguiu-se ontem a maior luz mental do Brasil contemporâneo. Desapareceu o homem que mais fúlgido relevo já teve no cenário nacional, destacando-se, durante cerca de meio século, pelas extraordinárias irradiações de sua mentalidade portentosa.” Um breve passeio por algumas manchetes de jornal do dia 2 de março pode ajudar a dar uma idéia do discurso então criado em torno de Rui: “Apagou-se o Sol!” (*Gazeta de Notícias*); “O eclipse de um gênio” (*Rio-Jornal*); “A morte do maior gênio da raça” (*A Pátria*); “A grande catástrofe” (*A Notícia*).

Mas nem tudo era repetição da retórica consagratória que se dera em vida do “preclaro Conselheiro”.<sup>21</sup> Algumas idéias novas se fizeram presentes, refletindo a especificidade do momento de homenagens fúnebres. O primeiro traço

específico, que era apenas residual na glorificação em vida, foi a afirmação da *sobrevivência* de Rui ao falecimento de seu corpo. Bem como, na monarquia inglesa medieval e renascentista, a doutrina dos dois corpos do rei visava a assegurar a continuidade simbólica da vida do soberano para além do perecer de seu corpo de indivíduo biológico (Kantorowicz, 1957), também quando da morte de Rui fizeram-se esforços nesse sentido. A superposição de fenômenos então verificada talvez tenha sua base primeira no dualismo ocidental entre corpo e alma. Oposto por Lucien Lévy-Bruhl (1963) à dualidade entre matéria e espírito verificada nos “primitivos”, o dualismo de base cristã coloca como rito de passagem central nos funerais ocidentais modernos a desconstituição do eu entre esses dois elementos constituintes básicos. Van Gennep, em seu clássico livro sobre os ritos de passagem (1992), comenta como, em outras sociedades, se realiza nos funerais uma separação entre várias “almas”; no Ocidente, esse processo foi substituído pela separação dos destinos que devem ter o corpo e a alma. Afirma-se a imortalidade da última contra a finitude do primeiro.

No caso de Rui, um problema adicional se colocava: o que se queria imortalizar não era *apenas* a alma de um cristão, como se pretende para os mortos em geral. Tratava-se de imortalizar uma figura política, um herói cívico e literário. Como no caso dos soberanos ingleses, havia que se afirmar a sobrevivência de um verdadeiro símbolo coletivo personificado. Mas, se o pensamento político inglês optou por proclamar a existência de um outro *corpo* do rei, distinto de seu corpo perecível de indivíduo biológico, os celebradores de Rui se serviram do dualismo entre corpo e alma para associar a esta muito daquilo que queriam fazer viver: a obra de Rui, suas lições morais, seu gênio. Era uma dimensão de Rui que se proclamava “espiritual” e que cumpria assim tornar imortal, tal qual sua alma.

Assim, entende-se que um traço formal dos funerais já verificado por Van Gennep – a preeminência, em comparação com outros ritos de passagem, dos ritos de incorporação – tenha sido exacerbado no funeral de Rui. Este foi sobretudo um ritual que reforçava a incorporação de seu nome ao templo dos imortais brasileiros, dos Grandes Homens da nação. Todos os discursos fúnebres enfatizavam essa dupla imortalidade de Rui Barbosa, pois a construção da imortalidade de Rui era objetivo expresso, consciente, dos que se reuniam para dele se despedir.

Veja-se, por exemplo, o que afirmou em discurso no cemitério o cônsul da Argentina: “Rui Barbosa não desaparece, senhores, ficam suas obras, seus discursos, seus escritos forenses, suas conferências, sua ação parlamentar...”<sup>22</sup> E disse Constâncio Alves ao final do velório: “O teu nome não é dos que se apagam ou dos que se riscam. Para que desaparecesse, seria preciso suprimir quase 50 anos do nosso século de vida nacional.”<sup>23</sup>



O deputado baiano João Mangabeira, o último a discursar no cemitério, foi particularmente dramático ao afirmar a imortalidade de Rui, que para ele se daria principalmente pela continuação de sua obra política por seus seguidores. Afirmou: “E agora, e sempre, nós te vemos luzir liberto das tábuas do esquife, pelo espaço infinito, e pelo tempo sem fim!” Depois de dizer que a própria Igreja não realizava cerimônias fúnebres para pessoas como ele, mas sim “festividades ruidosas” que marcariam “o momento divino da santificação”, entrava a tergiversar sobre o crepúsculo que caía, afirmando que o poente “para nós, para a Pátria, é o crepúsculo dourado da manhã, em que tua imortalidade alvorece!” Afinal, a seu ver, “o gênio dá apenas por algumas horas a impressão da morte, para ressurgir, como Jesus, do sepulcro vazio”.<sup>24</sup>

Outro aliado baiano de Rui, o ministro Miguel Calmon, liderou uma interessante iniciativa. Calmon mandou confeccionar um coração de cravos de 3 m de altura, com a inscrição: “A cidade de Salvador ao maior de seus filhos”.<sup>25</sup> Esse que se tornou então conhecido como “o coração da Bahia” foi carregado em préstito por Calmon e outros baianos ilustres do centro da cidade até o São João Batista. Isso expressou visualmente um dos temas mais recorrentes dos funerais de Rui: as *emoções* de seus admiradores e as do próprio homenageado.

Todos os discursos e quase todos telegramas enfatizavam com dramaticidade a tristeza da perda de Rui; abundavam frases como *gigantesco pesar*, *profunda tristeza* etc. É claro que isso faz parte do ritual fúnebre brasileiro, mas merece ser destacado porque distingue bastante a consagração fúnebre daquela feita em vida. Tratava-se de verdadeira construção social da dor, do luto. *A Notícia* de 2 de março fornece um exemplo dessas afirmações, ao dizer que a morte de Rui chegara “oprimindo-nos os corações, fazendo-nos sangrar nas torturas de uma dor sem limites e nos enchendo de uma tristeza infinita”.

A fala de um juiz de direito na sessão especial do Paço Municipal de Macapá em homenagem a Rui revela como se conectavam as corriqueiras manifestações de dor da parte dos admiradores de Rui e os sentimentos atribuídos a ele próprio. Dizia o juiz que, “como um redentor, morreu justo. Os seus discípulos, os seus amigos de sempre, estiolados com tão cruel acontecimento, vivem acabrunhados, faltos como os apóstolos da escritura, chorando o seu Mestre. Morreu (...) cercado do carinho de seu povo, ministrando-o os últimos afetos de seus bons sentimentos”.<sup>26</sup>

Ou seja, depois de morto os elogios a Rui passaram a enfatizar bastante a sua singularidade do ponto de vista afetivo. Os sentimentos se associavam àqueles campos em que Rui já era antes celebrado: a moral, a inteligência, as letras. O coração se adicionava ao cérebro e ganhava cada vez mais importância para traçar seu perfil de homem acima dos demais. Porque seus sentimentos, como seus dotes cerebrais, não eram afirmados apenas como singulares, mas

como *superiores*. Se os brasileiros o cercavam de “carinho” e o “pranteavam com saudade”, é porque sua vida fora marcada “pela candura e pureza da [sua] alma de apóstolo”, como escreveu o jornal *O Dia*, em 4 de março.

Que a veneração a Rui se fundamentava também em crenças sobre sua vida afetiva singular revela-se ainda no discurso que José Joaquim da Palma preparou para ler no cemitério.<sup>27</sup> O autor começava dizendo que as flores da saudade que depositava sobre o caixão de Rui estavam “molhadas das lágrimas de meu coração, despedaçado por uma dor tão funda, quanto imenso era o amor que a ele me prendia”. E entrava a descrever longa e laudatoriamente os sentimentos que animavam a Rui: “Aqueles que, como eu, conheceram a riqueza inesgotável de afetos e de bondade que entesoirava a sua alma, sempre inclinada à prática do bem e à felicidade dos outros, manifestando na simplicidade e doçura de sua vida íntima todos os sentimentos que constituíam a generosidade sem limites de seu espírito, feito de ternura e de valentia, de ternura para os oprimidos, os vencidos e os fracos, de valentia para combater o mal (...) podem bem aquilatar da grande dor que me enluta o coração com o seu desaparecimento.”

O trecho, além de mais uma vez conectar as emoções que se atribuíam a Rui e as que se afirmava sentir em torno de sua morte, mostra como aquelas eram quase as de um santo – bondade, prodigalidade, compaixão, amor pelos oprimidos etc. As emoções são também elencadas como fatores de sua glorificação porque remetem invariavelmente às virtudes cristãs por que Rui fora celebrado em vida. E mais palavras de Palma corroboram o ponto. Dizia ele: “E, como era justo, sabia também ser clemente. Não guardava ódios, tendo sempre a pender-lhe dos lábios o perdão para os que o ofendiam. Por essas duas virtudes – ser justo e ser clemente – ele se aproximava da divindade...”

Cumprir lembrar que os necrológios de Rui Barbosa formaram verdadeiras bases de mitos a seu respeito, pois o mostravam como virtual herói civilizador que construía o Brasil de então. Muitos artigos faziam expressamente coincidir a vida de Rui com a própria trajetória política do país. Ele era repetidamente afirmado como herói da abolição e da República. O próprio Brasil moderno era tido como a obra de Rui, o legado pelo qual ele merecia ser consagrado. *O Jornal* de 2 de março o apontava como “única verdadeira escola de educação cívica que jamais conheceu nosso povo”.

Luís Murat, em artigo no *Jornal do Brasil* de 8 de março, advogava a idéia de que Rui era um desses Grandes Homens capazes de intervir de fato no destino das sociedades, por ser marcado por uma “vontade coordenadora e impulsora” que lhe permitia enfrentar sozinho a sociedade conservadora e prepará-la para a transição para uma nova fase. Isso exemplifica a associação de Rui com uma fase da vida nacional – a modernização a partir do fim da monarquia. A idéia de fase aparece também, por exemplo, em *O Dia* de 4 de março, que mostra Rui Barbosa

como “figura tutelar do ciclo político [atual]”, por ter atuado diretamente e com amplas responsabilidades “na orientação dos destinos nacionais”.

O Gênio fizera a Pátria – eis o que diziam, em suma, as narrativas míticas em torno de Rui. Ele era como um herói solitário, capaz de civilizar um país com seu próprio talento. No dizer de *O País* (3/3), ele realizara as “maiores campanhas renovadoras e dinamizadoras da nossa civilização”, e suas “cinzas augustas serão sempre a representação simbólica da Pátria”.

Para além disso, é importante observar que a morte de Rui ocasionou uma enxurrada de anedotas, memórias e curiosidades a seu respeito nos jornais, a maior delas revelando traços excepcionais de seu caráter e talento. Um jornal narrava impressionantes casos reveladores de sua memória prodigiosa, contando ainda que ele lera todos os dicionários de português existentes e que era um leitor universal à Goethe.<sup>28</sup> Outro contava que Rui era sempre assediado nas calçadas, e que “se detinha bondosamente” para receber homenagens de populares, sem permitir que lhe tirassem o chapéu.<sup>29</sup>

A edição especial de *O Tempo* de 15 de janeiro de 1924 apresentava uma verdadeira coleção de casos similares, cabendo talvez destacar dois artigos que falavam sobre duas grandes virtudes atribuídas a Rui – o trabalho e a bondade. O primeiro contava como Rui era capaz de trabalhar doente e mesmo com febre, tendo escrito em tais condições alguns de seus trabalhos mais famosos. O segundo, intitulado “A grande alma de Rui”, narrava a vez em que Rui, recém-mudado para a Corte, dera o único dinheiro que ele e a esposa tinham a um rapaz que precisava de fundos para se preparar para os exames da faculdade. Com tais casos, ia-se construindo a imagem póstuma de um Rui prodigioso, genial e caridoso.

O último ponto a destacar quanto às idéias e valores relacionados aos funerais de Rui Barbosa é a grande atração exercida pelo corpo do morto. Antes de mais nada, cumpre observar que jornalistas e oradores tinham um cuidado muito grande em separar Rui Barbosa em si mesmo, sua “individualidade”, de seus restos mortais. Em nenhum momento se diz, por exemplo, que Rui seria enterrado, ou que Rui estava no caixão. Sempre se referiam aos “despojos sagrados”, aos “venerandos restos”, ao “corpo frio e inerte” de Rui. Rui Barbosa era aquele que desaparecera, que falecera com a saída da vida daquele corpo. Tome-se como exemplo dessa distinção as palavras de um jornalista ao definir o cadáver: “despojos sagrados da mais genial, complexa e perfeita individualidade que jamais passou pela superfície do nosso planeta.”<sup>30</sup>

Esses dois eram aliás os grandes protagonistas dos funerais – o *corpo frio e inerte* e a *individualidade*, o *vulto* de Rui Barbosa. O contraponto constante da imortalização desta última, do seu espírito e da sua obra, era a referência ao físico

que perecia. Todos os discursos o mencionam a qualquer pretexto e os artigos dissertativos se referem a ele todo o tempo.

O jornalista Lemos Brito, por exemplo, em seu discurso à saída do corpo da Biblioteca, para falar da tristeza geral dos presentes, disse: “Soergue a cabeça de sobre o teu sarcófago, e verás que não há, neste mundo de povo, uma alma que não chore a tremenda desgraça de perder-te.”<sup>31</sup> A impressão é de uma generalizada morbidez barroca, que alguns certamente exacerbavam. Foi o caso do colunista Chrysanthème, que, em *O País* de 4 de março, comentava o enterro e as virtudes de Rui a partir de seu físico, descrevendo o triste fim daquele corpo que tantos prodígios efetivara: “À passagem do leito sombrio, onde, sobre o travesseiro de cetim descansa aquele cérebro forte, de idéias maravilhosas, de ambições naturais (...) Em vão, as flores, que ele tanto amou, se amontoam sobre seu cadáver, abafando-o do seu perfume que tantas vezes, ele vivo, o embriagou. Debalde, lágrimas mornas e amargas lhe roçam pelos dedos, que tanto trabalharam, e pela fronte cor de cera, que tanto se franziu no ardor do pensamento e na ânsia da cólera humana.(...) Com os olhos cerrados, o grande brasileiro dorme o sono de que jamais se desperta e, da sua boca de lábios tristes, nunca mais sairá uma frase de vitória para a Pátria, de afeição para a Família, nem de consolo para os amigos!”

O contraste é forte entre o corpo morto e as ações grandiosas que seu antigo ocupante realizara, entre a potência cerebral e sua presente inatividade. Esse contraste era uma derivação, na verdade, de algo que sempre chamara a atenção dos contemporâneos de Rui, o contraste entre seu “gigantismo” cívico e literário e seu corpo mirrado, diminuto. A desproporção entre a *individualidade* e o físico que a portava, entre o *grande vulto* e seu corpo, fora objeto de comentários durante toda a sua vida. Os caricaturistas haviam fartamente explorado o tema durante toda a vida de Rui. Mas essa desproporção nunca foi tão comentada como no funeral, sendo ela agora dramatizada pela oposição entre uma “individualidade” imortal e um corpo perecível.

Luís Murat, em seu mencionado artigo no *Jornal do Brasil* de 8 de março, comentava que o fato “assombra os que nunca acreditaram que em um corpo tão exíguo se ocultasse o maior espírito do seu tempo”. No mesmo artigo contrapunha ainda os dois outros pólos que a esses se sobrepunham: “Com a gelidez do corpo nada tenho que ver. É no espírito, que revive e se agita, ainda na mortalha das dores, que reside o meu culto.”

Mas ainda no plano físico havia um compensador simbólico para o corpo minguado. É o que se vê, por exemplo, em *O Brasil* de 2 de março, em que se lê um artigo sobre “esse velhinho, cujo corpo a natureza reduzira a um mínimo físico, para transmutar todos os valores materiais na espiritualidade da grande cabeça”. E o articulista desenvolve o tema daquilo que um dia se chamou “o maior

coco da Bahia”:<sup>32</sup> “E quem não se descobria, como diante de um ídolo, ante essa grande cabeça, por sob cujos cabelos, já cobertos de neve, crepitava o lume do gênio, tal nas entranhas dos altos montes de cimos gelados arde o fogo vulcânico?” O grande tamanho da cabeça de Rui fora a festa dos caricaturistas ao longo de sua vida, e pretexto para vários exercícios de poesia laudatória. Ela permitia uma sede física condizente com as fenomenais inteligência e cultura que se atribuíam a Rui.

Mas no funeral a grande preferência foi pelos contrastes, que se poderiam definir em alguns pares de homólogos: individualidade : corpo :: vigor : morte :: cabeça : corpo :: gigante : franzino :: calor : frio :: ação : inércia :: mente : físico.

Esses pares não eram separados, mas sim cruzados todo o tempo, em jogos de contrários que aumentavam o sabor barroco da retórica. *O País* de 4 de março evocava um evento ocorrido no velório de José do Patrocínio, para dizer que frases semelhantes à pronunciada então devem ter passado pela mente de muitos dos que viam Rui morto. O caso era o de um popular que entrara no velório do jornalista e, pondo as mãos sobre a testa do cadáver, dissera: “Como está frio este vulcão!”<sup>3</sup>

Já Coelho Neto, em artigo publicado no *Jornal do Brasil* de 4 de março, referia-se a Rui como “a Força Humana, que jaz na Biblioteca Nacional, lar do Pensamento...” e dizia que ele efetivara, além dos conhecidos milagres de essência, um de substância. E justificava: “De substância, por ser o corpo desse ente prodigioso um quase nada e suportar nos Ombros todo o Destino de uma nação, toda a responsabilidade de uma era...” (o artigo era intitulado “O Atlante”). Mas fixava-se mais na cabeça, que estava do lado gigantesco de Rui Barbosa: “A cabeça desse homem predestinado, pelo que continha, lembrava esses globos geográficos, imagens do mundo, nos quais se congregam, flutuando nos oceanos e reticulados de rios, todos os continentes da terra e as ilhas que deles se aberram, porque todas as grandezas do mundo tinham ali seu lugar assinalado...” Mesmo sendo o trecho exemplo do estilo de metáforas caras ao escritor, seu conteúdo não era fortuito num repertório onde o corpo e o cérebro de Rui eram assuntos privilegiados.<sup>34</sup>

### *Os anticarnavais da morte: ritos de instituição e de reforço*

Esta rápida etnografia dos funerais de Rui Barbosa certamente se pretende uma contribuição para o estudo do processo de transformação desse indivíduo em herói nacional, processo do qual tais funerais são parte importante. Contudo, o principal objetivo deste artigo não é mostrar como Rui se consolidou como herói da nação no momento de sua morte, e sim apresentar um caso

específico capaz de revelar traços importantes da consagração fúnebre de heróis nacionais, muito especialmente durante a Primeira República. É como revelador de práticas cívicas mais gerais da época que interessa o enterro de Rui Barbosa.

É claro que esse gênero de consagração fúnebre-cívica antecedia de muito a época da morte de Rui (tendo inclusive forte inspiração em eventos fora do Brasil) e sobreviveu muito além de 1930. Atenho-me primordialmente à República Velha por não querer generalizar as características do caso estudado para outros períodos, e já que este é o recorte natural do qual o caso em questão pode ser legitimamente considerado representativo. Ademais, creio que o período pode ser particularmente interessante por ter certo caráter de *interregno simbólico* entre os períodos de predomínio de dois chefes de Estado vistos como heróis máximos da Nação: dom Pedro II e Getúlio Vargas. O Imperador, como mostra Schwarcz (1998), fora como um “grande pai” para o Brasil, e seu lugar simbólico só viria a ser plenamente ocupado, com semelhante carisma e premência, pelo presidente de origem gaúcha. Entrementes, os chefes de Estado não se marcaram por elevada popularidade e estiveram longe de se constituir em heróis nacionais tão ardente e amplamente venerados como o velho ocupante do trono. Assim, pululavam candidatos à posição simbólica de dom Pedro na República Velha, sem que nenhum a alcançasse de modo pleno. Ou seja, esse interregno se coloca como importante laboratório para o estudo da tentativa de construção de heróis nacionais, por ter servido como um celeiro de “grandes homens” que não foram subsumidos, na época, por nenhuma figura hierarquicamente superior, como nos períodos anterior e posterior.<sup>35</sup>

De qualquer forma, a República Velha foi marcada por uma abundância de faustosos funerais cívicos de homens que então se afirmavam como heróis nacionais. Notadamente homens de letras e políticos eram assim celebrados no momento de sua morte. Para tentar entender esses rituais fúnebres-cívicos, abordarei alguns funerais ocorridos no Rio de Janeiro na República Velha.

A referência básica aqui são os funerais cariocas, sobre os quais realizei rápida pesquisa em periódicos como *O País*, *A Razão* e o *Correio da Manhã*, de personalidades que foram enterradas na capital federal (Machado de Assis, em 1908; Afonso Pena e Euclides da Cunha, em 1909; Barão do Rio Branco em 1912; Osvaldo Cruz em 1917) e de outras que, embora enterradas alhures, por alguma razão tiveram funerais no Rio (Joaquim Nabuco, em 1910; Pinheiro Machado, em 1915; Rodrigues Alves, em 1921).<sup>36</sup> Trabalhos acadêmicos que me forneceram importantes subsídios sobre enterros na Primeira República foram os de Regina Abreu (1998), sobre a “imortalização” de Euclides da Cunha; de Valéria Costa e Silva (1999), sobre a consagração de Machado de Assis, e de Luiz Antônio Simas (1994), sobre o enterro de Floriano Peixoto.<sup>37</sup>

Outro caso que investiguei em jornais da época deve ser agregado aos já citados: o traslado dos despojos dos imperadores Pedro II e Teresa Cristina para o Rio, em 1921. Fez-se então uma festa impressionante, ocorrida no seio de um processo de reabilitação de Pedro II como herói nacional.<sup>38</sup> O episódio foi marcado por verdadeiro delírio popular no centro do Rio, com cenas de velhos súditos desmaiando e chorando diante dos corpos de seus venerados imperadores, que passaram a ficar em exposição numa capela da Catedral.<sup>39</sup>

Várias características unem os diversos rituais fúnebres citados. Longos cortejos com uma rígida ordem hierárquica, a assistência de numerosos populares e a participação de autoridades e pessoas de destaque da mais elevada elite carioca são os traços mais evidentes. Com maior ou menor concorrência, mas sempre com grande pompa, repetiam-se em todos os casos os luxuosos carros fúnebres, os carros com figuras importantes, as bandas militares tocando marchas fúnebres, os tiros de canhão dos navios e fortalezas, os batalhões militares em trajes de honra, os postes cobertos de crepe negro e as ruas repletas de populares.

Vários, como Machado de Assis e Osvaldo Cruz, tiveram os funerais pagos pelo Estado. Mas, dos casos citados, apenas Rui e Rio Branco tiveram honras de chefe de Estado sem o ser – Afonso Pena, que morreu no Catete, e Rodrigues Alves, presidente eleito, também as tiveram. Isso deu a seus funerais especial pompa e circunstância, já que, inclusive nos demais casos, era a presença de autoridades e figuras de destaque que dava o tom de uma festa nacional. Com as honras de chefe de Estado, esse componente aumentava – a começar pelas numerosas e literalmente estrondosas saudações militares que se faziam.

Os cortejos transcorriam tipicamente entre o local da morte e o do velório, e entre este e o do enterro. Mas o grande lugar era o do velório, objeto de cuidadosas escolhas simbólicas por parte dos celebrantes – deveria haver uma grande identidade entre o morto e o local. Assim, Rio Branco foi velado no Itamarati; Machado e Euclides na Academia Brasileira de Letras; Pinheiro Machado na sua casa do Morro da Graça e no Senado; Afonso Pena no Catete, e Rodrigues Alves em seu palacete da rua Senador Vergueiro. Todos se cobriam de muito fausto – veludos negros cobrindo paredes e fachadas inteiras, crepes sem fim, lágrimas e iniciais em ouro e prata, ricos altares e catafalcos, dosséis de cobre, guardas de honra. Além de expressar a própria especificidade das vidas e obras dos extintos, essas instituições eram verdadeiras manifestações materiais de setores da elite nacional, que subitamente se abriam à visitação pública.

Não surpreende a fenomenal acorrída da população a esse locais, não necessariamente para adorar seus mortos, mas também para poder ver espaços normalmente a ela interditados. Nessas ocasiões a elite *se mostrava* em verdadeira performance pública. Quando, senão aí, poderiam “pessoas modestas” entrar livremente na mítica mansão do Morro da Graça, no Itamarati, ou na casa do

chefe da oligarquia paulista, e ver tantas fardas e casacas reunidas, para não falar de tão abundante luxo funerário? O assim chamado “povo” era convidado a penetrar nos recintos da elite e aí se extasiar com a circunstância, com o fausto e o respeito.

Certamente, uma grande demonstração dos membros da elite para si mesmos e para o povo, nesses momentos, residia nos grandiloqüentes e laudatórios discursos fúnebres. Os funerais eram grande ocasião para a ostentação da verbosidade complicada e do vocabulário difícil, grandes símbolos de superioridade social. Os discursos eram tão numerosos quanto longos, e visavam explicitamente à imortalização do “preclaro morto” e a seu ingresso no panteão da Nação.

Com isso, entra-se em outra dimensão onde se encontram elementos comuns a todos os funerais citados, uma dimensão mais cognitiva e valorativa, menos ligada à prática ritual propriamente dita. Que idéias e valores se expressavam nos grandes rituais fúnebres-cívicos, nos discursos que neles se faziam, nos artigos jornalísticos por eles suscitados?

Nota-se, como já foi dito, um tom grandiloqüente muito próximo daquele que se verificou em torno de Rui Barbosa. Isso não significa que todos os “ilustres defuntos” recebessem os mesmos graus de louvação conferidos a Rui. A julgar pela comparação dos textos dos jornais, que sempre reproduziam os discursos feitos nos velórios e enterros, creio ser possível dizer que apenas o Barão do Rio Branco recebeu epítetos tão grandiosos quanto os atribuídos a Rui. Ambos foram chamados de “o maior dos brasileiros” e alçados a patamares de verdadeiros santos da Nação. Frases ditas a respeito do chanceler aproximam-se das ditas sobre Rui: “era uma glória humana”; “era um prodígio na intensidade fenomenal do trabalho, como era o mais doce e o mais ameno no convívio da amizade”.<sup>40</sup>

Nenhum dos outros mortos foi tão celebrado assim; basta notar o número de páginas dedicadas nos jornais a homenagens ao Barão e a Rui, muito superior ao daquelas dedicadas a qualquer dos outros falecidos. Nenhum se identificava, ademais, tão abstratamente com a Nação, de que os dois foram ditos ser a própria encarnação e o ponto máximo da inteligência. Ambos eram vistos como os verdadeiros construtores do Brasil, seja em seu arcabouço jurídico liberal, seja em seu território e fronteiras.

Mas grandes títulos não faltaram aos outros nomes, erigidos como heróis nacionais, ainda que num patamar inferior, com uma veneração menos exaltada e mais limitada a uma ou outra esfera. Todos eram “insignes mortos”, seus despojos eram sempre *venerandos* ou *excelsos*, ou, em casos como Machado e Nabuco, *sagrados*. Suas mortes eram sempre descritas como *catástrofes*. Necrológios míticos, à semelhança dos que descrevi sobre Rui, eram sempre repetidos em artigos e discursos, louvando as obras e as qualidades inatas dos extintos.



O cultivo retórico da dor, do pesar dilacerante, estavam sempre presentes, em graus diversos, geralmente inferior àquele manifestado em relação a Rui e a Rio Branco. O desejo expresso de imortalização era também constante – em todos os casos, afirmava-se a sobrevivência além dos corpos inertes. Isso era explícito; tratava-se sempre de demonstrar retoricamente que os heróis sobreviveriam além de seus corpos.

O mais notável, porém, é a recorrente associação de todos aqueles nomes com a Nação, com a Pátria. Os enterros estudados eram invariavelmente celebrações da Nação, e o Brasil era a referência mais presente. A retórica era toda cívica. Todos os falecidos eram descritos, no mínimo, como *grandes patriotas*, e seus trabalhos nas mais diversas áreas eram sempre remetidos ao engrandecimento da nação – ainda que de uma nação estrangeira, como no caso de Del Prete. Por isso chamo esses enterros de rituais cívicos.

Destarte, Osvaldo Cruz teria sido um herói da civilização brasileira, contribuindo para o respeito das outras nações pelo Brasil ao livrá-lo da febre amarela e sanear sua capital. Joaquim Nabuco também teria sido um exemplo de “bem servir à humanidade e à Pátria”.<sup>41</sup> O cadáver de Floriano Peixoto era descrito como “reliquia sagrada da república”;<sup>42</sup> Machado de Assis era o “chefe incontestado da nossa literatura”, “o primeiro homem de letras que o Brasil tem produzido”;<sup>43</sup> em Afonso Pena a nação teria perdido “um dos seus mais dignos filhos e um dos seus mais dignos guias”.<sup>44</sup> No dizer de João do Rio, Pinheiro Machado, além de ser a “mais empolgante, mais incisiva, mais poderosa” das grandes “individualidades” brasileiras, era a “encarnação da República, Defesa, Baluarte do Regime. Era a Ordem.”<sup>45</sup> Rodrigues Alves também teria feito uma contribuição específica para o Brasil, sendo tanto o “elo que manteve contínua a cadeia da evolução constitucional da Nação” quanto, “em toda a história brasileira, o homem que tem revelado maior poder de adaptação às circunstâncias.”<sup>46</sup> Regina Abreu (1998) salienta como nos elogios fúnebres a Euclides da Cunha apareciam constantes referências a suas virtudes morais e cívicas, às quais era amiúde remetido seu mérito literário.

Assim, era antes de tudo a Pátria que se via em cada um dos heróis celebrados, fossem eles literatos ou políticos. Quando não encarnavam esferas ou aspectos do Brasil, procedia-se a um corte diacrônico, e o morto passava a representar a Nação em um de seus momentos históricos. Era isso inclusive que possibilitava a celebração republicana do monarca deposto: ele era o símbolo de um Brasil passado que, embora não devesse voltar, merecia ser comemorado por ter contribuído para a formação da Pátria.

Deve-se contudo notar que essa singularização dos aspectos ou momentos da Pátria nas homenagens fúnebres associa-se intrinsecamente com a construção de grandes figuras individuais singulares, específicas. Todas eram tomadas

como tendo contribuído para a nação, mas com obras e qualidades próprias que as distinguiam umas das outras.

Na verdade, percebe-se uma dupla diferenciação dos personagens imortalizados. Primeiramente, sua separação em relação aos “mortais” era a base comum das várias celebrações – antes de mais nada, eles se distinguiam das pessoas não glorificadas. Todos *se destacavam* porque eram superiores aos demais. Num segundo plano, distinguiam-se internamente dentro do panteão cívico porque demonstravam valores e faculdades distintos uns dos outros. Desse ponto de vista, os funerais eram local privilegiado de afirmação de um individualismo da *singularidade*. E a singularidade, no caso, supunha uma desigualdade tida por natural que separava os grandes heróis da própria humanidade. Eles eram super-homens, naturalmente predestinados a cumprir um papel na história.

A construção dessa singularidade hierarquizante marcava toda a retórica fúnebre-cívica. O esforço dos que celebravam os mortos era no sentido de traçar *perfis psicológicos* que demonstrassem a unicidade da contribuição de cada um deles. Isso se fazia geralmente pela atribuição de qualidades extraordinárias inatas, dadas na constituição dessas *individualidades*, para usar o termo nativo recorrente. A trajetória de cada um era narrada como o desenvolvimento dos atributos inatos.<sup>47</sup> O tema romântico das qualidades inatas a serem desenvolvidas é aliás consoante num universo discursivo em que toda a ênfase é dada à construção da singularidade individual. O individualismo aí é claramente do tipo qualitativo (Simmel, 1993).

É importante observar que o forte individualismo evidenciado nos funerais cívicos da Primeira República corrobora a idéia de Louis Dumont (1990) de que há uma afinidade eletiva entre os fenômenos modernos do individualismo e do nacionalismo. Segundo o antropólogo, a Nação é concebida como um indivíduo coletivo, idealmente constituído por uma associação de indivíduos biológicos. Ora, o discurso das celebrações fúnebres aqui analisadas sustenta precisamente que os grandes homens enterrados *construíram* a Nação, literalmente *fizeram-na* com seus dotes inatos e únicos. O Brasil era visto como um grande artifício dessas vontades individuais, como um produto desses homens com qualidades acima do normal.

Cada um desses indivíduos era aliás tido como materialização de uma idéia, valor ou instituição. Eles davam literalmente *um corpo* a noções abstratas que os sobreviventes queriam celebrar. Pinheiro Machado era a Ordem; Rodrigues Alves, a Conciliação; Rui, a Liberdade e o Direito; Machado de Assis, a Literatura; Osvaldo Cruz, a Ciência; Rio Branco, o Território etc. É claro que esses são meros exemplos, e não são atribuições exclusivas, consensuais e unívocas – cada morto podia representar mais de uma idéia, e havia múltiplas interpretações possíveis sobre cada um. Ademais, a mesma idéia poderia estar sem

contradição em vários corpos: Rui, Rio Branco e Osvaldo Cruz eram como que facetas distintas de nossa *civilização*; Rui, Machado de Assis e Euclides representavam a nossa *cultura*; Rui e Rio Branco eram o próprio Brasil.

O que importa, menos que estabelecer uma espúria tabela de correspondências, é verificar qual o esforço subjacente a tão cultivadas associações. Todas exploravam as singularidades atribuídas aos indivíduos falecidos para torná-los espécies de *alegorias às avessas*. As alegorias faziam parte do repertório cotidiano da época – em anúncios, prédios, monumentos, jornais, caricaturas, ilustrações, peças de teatro, livros, apareciam os mais variados substantivos abstratos tomando formas humanas. Era assim com a Música, a Glória, a Paz, a Poesia, a Inteligência, o Estudo, a República, a Nação, o Carnaval etc.; todos eram representados a toda hora como pessoas concretas, dotadas de corpo. Ora, os ilustres falecidos de que falo aqui eram mobilizados quase como alegorias, como indivíduos específicos que passavam a representar, por seus atributos e por sua vida, idéias, coletividades ou épocas. Só que, ao invés de caber à imaginação dar um corpo inexistente às idéias, corpos reais já estavam disponíveis – bastava transformá-los retoricamente em manifestações dessas idéias. ganhando corpos, essas idéias podiam efetivamente se individualizar. Assim como a pessoa moderna tem seu fulcro na noção de um *corpo* que a porta, que lhe dá limites e a singulariza (como observou Maurice Leenhardt em seu *Do Kamo*), tal noção permite a corporificação de noções abstratas, lidas assim num viés individualista.

Destarte, os funerais acabavam quase constituindo uma espécie de *politeísmo cívico*, com várias figuras sagradas “abençoando” uma ou outra virtude, uma ou outra “fase da evolução nacional”. Isso é enfatizado pela onipresença da linguagem religiosa na consagração dos heróis cívicos. A idéia de que se tratava de estabelecer-lhes um *culto*, de que eles são *semideuses* ou *apóstolos* aparece com freqüência em quase todos os casos. E mesmo se nem todos fossem, como Rui, expressamente identificados como *santos* pelos cultuadores, sua imortalização tendia a torná-los sagrados, fora de circulação, porque estavam acima dos demais homens, que não se imortalizariam da mesma forma.

Não é à toa que as vidas desses personagens se tornavam amiúde vidas exemplares, similares às vidas de santos, publicadas em biografias consagratórias. Os cultos a várias dessas figuras não eram incompatíveis, mas complementares. Todos podiam ser heróis nacionais ao mesmo tempo, embora, bem entendido, com algumas imprecisas e inarticuladas hierarquias. Poucos, como Rui Barbosa e Rio Branco, chegaram ao nível máximo de se identificar com a própria nação.

Para completar a interpretação desses funerais, cumpre desenvolver o fato de serem eles desfiles da elite para o povo. Eles eram uma demonstração pública e teatral do mundo das letras e do poder político, dois dos maiores símbolos da elite de então. Sua firme associação simbólica e ritual com os poderes

militares apenas salientava o caráter de reforço das hierarquias que tinham essas festas.

Na célebre tríade ritual brasileira analisada por DaMatta (1990) – carnaval, dia da Pátria, procissão –, os enterros cívicos estavam duplamente ligados ao segundo pólo, o da solenidade, da afirmação de hierarquias. Para começar, os enterros comuns já fazem parte dessa segunda categoria ritual, devido ao ambiente de respeito e de ordem que os caracteriza. Os funerais cívicos têm esse caráter redobrado, por terem como objeto os Grandes Homens, encarnações dos setores sociais superiores a que se conectam. Tratando-se de heróis cívicos, o respeito é redobrado. Afinal, ali repousa uma personificação da Pátria. Esta identifica-se, assim, com seus estratos superiores e cultos. Era naqueles homens de fala difícil e vestimentas taciturnas que devia repousar a Nação.

Os enterros eram então aquilo que pretendiam ser: verdadeiros dias da Pátria, devido à ênfase na ordem, na hierarquia, na solenidade, no respeito. Que houvesse contato entre várias camadas da população não significava sua comunhão, ou sua mistura temporária. Ao contrário, elas estavam juntas reforçando as diferenças entre elas, as hierarquias que as separavam. Mais uma vez, nas práticas e na retórica rituais, faltavam dimensões que enfatizassem a *communitas*; eram festas da *estrutura*, no sentido de Turner.

O discurso sobre o morto era menos para separá-lo da vida do que para separá-lo da humanidade normal. Menos que um rito de passagem, era um *rito de instituição*, para usar o conceito de Pierre Bourdieu (1992). Esse conceito designa aqueles rituais que têm o poder de separar definitivamente categorias de pessoas, atribuindo a elas essências, tidas por naturais, radicalmente distintas. Transformando continuidades em descontinuidades, ou criando diferenças arbitrárias naturalizadas pelos participantes, os ritos instauram e legitimam hierarquias simbólicas que tendem a se tornar reais. São, a rigor, ritos de separação: “*The separation brought about by the ritual (which itself enacts a separation) brings about a consecration. (...) In this case to institute is to consecrate, that is, to sanction and to sanctify, a state of affairs, an established order...*” (1992: 82). A crença na naturalidade das essências atribuídas aos agentes é crucial para a eficácia simbólica do ritual. Esta reside na criação de uma categoria dos melhores, do *aristos*; no caso, dos grandes homens da nação.

O que se salientava não era a humanidade do morto, sua matéria-prima comum aos outros (que a morte biológica poderia pôr em evidência, poder-se-ia pensar), mas sua supra-humanidade, seu caráter excepcional. A retórica fúnebre os alçava a um nível superior ao resto da humanidade e afirmava como natural sua posição hierarquicamente superior, no fundo a posição de todo o setor social de que faziam parte os “excelsos defuntos”. Ademais, a prática das cerimônias

fazia delas verdadeiras ostentações de luxo, de dinheiro, de força, de saber, de retórica difícil. A dimensão da sociedade brasileira ali enfatizada era a hierarquia.

Assim, elas se aproximavam de outras grandes manifestações públicas da época que também eram espetáculos da elite para o povo. Bons exemplos foram o já citado Jubileu de Rui Barbosa e as recepções grandiosas – centradas em solenidades públicas e imensos cortejos – aos reis dos belgas, em 1920, e ao presidente de Portugal, em 1922. Essas festas, os funerais e o 7 de Setembro eram espécies de celebrações do respeito às autoridades e à elite num universo cultural marcado por uma ampla carnavalização das relações com o poder. Eram a afirmação das *distâncias* contra a *licença*, das *separações* contra a *mistura*, dos *caxias*<sup>48</sup> contra os *malandros*, do *respeito* contra a *brincadeira*. O que a análise dos enterros demonstra é que, no primeiro pólo, encontrava-se o *indivíduo*, o ser singular, contra a *massa*, supostamente senhora do carnaval. O individualismo entrava do lado da separação, do reforço, da hierarquia.<sup>49</sup>

Este não era um desafio simbólico de pouca importância no Rio de Janeiro da Primeira República, pois a carnavalização não era traço secundário das atitudes populares para com a elite, especialmente a elite política. Esta era objeto privilegiado da chacota popular. José Murilo de Carvalho (1996) reconhece a importância do fenômeno. Depois de investigar os limites de outras variáveis que poderiam dar conta da especificidade da vivência política popular no Rio da Primeira República – como a tradição ibérica, o familismo, o legado escravista, a onipresença da burocracia – conclui: “O que marcava, e marca, o Rio é antes a carnavalização do poder como, de resto, de outras relações pessoais” (1996: 157). Associando isso com a convivência fluida entre as classes sociais (o velho hibridismo freyreano) e as possibilidades de “desordem” aí contidas, fala ele sobre a época: “A lei era então desmoralizada de todos os lados, em todos os domínios. Esta duplicidade de mundos, mais aguda no Rio, talvez tenha contribuído para a mentalidade de irreverência, de deboche, de malícia. De tribofe” (1996: 159).

Para a elite propriamente política, Isabel Lustosa (1989) nos dá uma preciosa coleção de manifestações dessa generalizada atitude irreverente e de licença. Os exemplos são de vários tipos: caricaturas, piadas, canções carnavalescas, filmes, depoimentos etc. Não devem eles ser tomados como folclore político presente em qualquer parte e tempo, mas como um importante documento sobre uma forma carioca de conviver com o político, que estava logo ali na esquina. Era uma forma de troça, gozação, licença.

A autora mostra, por exemplo, como a tradição do curso de carnaval surgiu de um passeio automobilístico da senhora Afonso Pena e filhas, e como o grande tema do carnaval de 1915 foi uma certa figura de nome Dudu, de que as pessoas se fantasiavam e brincavam nos blocos e músicas. Dudu não era ninguém

senão o presidente Hermes da Fonseca. E todos os outros presidentes tiveram apelidos brincalhões: Biriba (Prudente de Moraes), Baiacu e Pavão (Campos Sales), Soneca (Rodrigues Alves), Tico-Tico (Afonso Pena), Moleque Presepeiro (Nilo Peçanha), Seu Lalá ou Mineirinho (Venceslau Brás) etc. Demonstrações de insatisfação tomavam às vezes formas como a chuva de caroços de jaca que Venceslau Brás recebeu ao passar pelo Campo de Santana chegando à cidade para tomar posse – o que só foi possível pelo trânsito usual dos políticos pelo espaço promíscuo e livre do centro da cidade. Não longe dali ficavam, por exemplo, o Itamarati e o Senado.

Exemplos de carnavalização não faltariam, inclusive com alguns dos citados “mortos ilustres”. O que cabe enfatizar aqui é que a esse clima a elite contrapunha, de forma não necessariamente consciente, rituais de reforço que eram, a rigor, *anticarnavais*. Entre esses rituais, certamente estavam os grandes enterros, ocasiões de extremado respeito e reafirmação simbólica de hierarquias. A nação, para a elite, não podia residir num carnaval, e sim em cerimônias de respeito e de reforço da estrutura. Contra as brincadeiras que transgrediam as hierarquias, cortejos, discursos, homenagens e funerais que as enfatizavam. Contra os carnavais, enterros solenes e paradas militares. Contra a festa do povo que seduzia as elites, as festas das elites que deslumbravam o povo. E, muito importante: contra a festa da massa, a festa do indivíduo, do indivíduo único, singular.

### *Conclusão*

O que se quis destacar aqui foram alguns elementos centrais dos rituais fúnebres de construção de heróis cívicos na Primeira República, a partir da etnografia dos funerais de um dos mais celebrados heróis da época, o senador Rui Barbosa. Entre tais elementos figuram a construção e a naturalização de hierarquias, o reforço da estrutura social, o desenvolvimento de um individualismo da distinção.

Esta análise deve valer como uma defesa da necessidade de se tomar rituais de consagração (como os enterros cívicos) em seu conjunto, e não apenas interpretá-los caso a caso. Cada etnografia de enterro cívico vale, sem dúvida, para a compreensão da construção de um herói nacional em particular. Mas apenas tomando os rituais em conjunto, ou tomando cada um como exemplo de um fenômeno mais amplo, pode-se realmente compreender o sentido desses rituais. Não se deve isolar a interpretação de cada evento em si mesmo, como se não fizesse parte de uma prática costumeira que tem um sentido comum em suas várias manifestações.

Menos que consagrar tal ou tal personagem, o que se faz na Primeira República é um movimento geral de criação de heróis. Talvez um período sem um grande “pai” simbólico como Pedro II ou Vargas seja particularmente interessante para enfatizar a necessidade de se compreender tal movimento de uma perspectiva mais ampla.

E a maior lição a se retirar da construção desses heróis na República Velha talvez seja a de que cultuar um herói não necessariamente implica adotar seus valores políticos e compartilhar sua visão básica de mundo. Provavelmente importa mais em um herói celebrá-lo enquanto tal do que realmente imortalizar suas idéias e bandeiras. É isso que permite a convivência fluida de vários heróis em um só politeísmo cívico: importa mais que sejam “grandes homens” do que que sejam militaristas ou civilistas, concebam a *civilização* como empreendimento moral ou técnico, defendam a vida da metrópole ou a do sertão. Importa mais construir um amplo panteão do que dotá-lo de uma suposta coerência “ideológica”. Indivíduos que em vida se opõem fortemente deixam de estar em conflito quando acedem à imortalidade. Aí, são só Grandes Homens, que encarnam valores diversos mas nunca incompatíveis. Seu culto os une a todos. É ingenuidade esperar dos cultuadores de um herói completa adesão ao pensamento e aos valores do ídolo.

Por isso, são os traços formais da construção dos heróis que cabe compreender, em lugar de nos limitarmos ao estudo isolado de um ou outro herói. Sem uma perspectiva mais ampla, qualquer um deles parecerá mais venerado do que realmente foi. Trata-se antes de ver o que está envolvido na construção dos heróis em geral, e é para isso que este estudo de caso pretende ter contribuído. Rui Barbosa, sob esta ótica, foi um ruibarbosa entre outros.

### *Notas*

---

1. Citado no jornal baiano *O Imparcial*, 13/8/1918.

2. Idem, 14/8/1918.

3. Estiveram ali, por exemplo, o grande aliado de Rui, Miguel Calmon (então ministro da Agricultura), Aurelino Leal (interventor no Estado do Rio, ex-chefe de polícia do DF), o deputado João Mangabeira, o chanceler Félix Pacheco, o deputado Pedro Lago, representantes do

presidente da República, o jornalista baiano Lemos Brito, Dunshee de Abranches, o ministro Viveiros de Castro e outros.

4. A família decidiu que o corpo seria enterrado na capital federal, embora chegassem telegramas da Bahia natal exigindo que Rui fosse enterrado ali. Os protestos vinham de jornais e de nomes como Otávio Mangabeira, mas a família

resistiu a eles. No centenário de nascimento de Rui, em 1949, seus despojos foram transferidos com grande pompa para sua cidade natal, Salvador.

5. Essa charge, publicada na revista *Larva* de 18/9/1903, está disponível em Herman Lima (1950: 12).

6. Os demais bustos presentes na Biblioteca são de pessoas a ela ligadas institucionalmente: seu fundador, dom João VI; um de seus principais diretores, frei Camilo de Montserrat (1818-70) e o construtor do edifício que a abriga, Francisco de Souza Aguiar (ver site da Biblioteca, <http://www.bn.br/>).

7. Citado na revista *O Tempo*, n.13, ano 3, 15/1/1924, dedicado inteiramente a Rui Barbosa e sua morte.

8. Note-se a separação das categorias: os populares entravam e saíam pelas portas laterais da entrada principal, sendo a porta do meio reservada a visitas oficiais.

9. Ver *Gazeta de Notícias*, 10/4/1923. A igreja, ricamente decorada, era dominada por um retrato em tamanho natural de Rui em pé, rodeado de cravos e hortênsias. No veludo roxo, liam-se em letras douradas “Ao Sol”, epíteto já antigo de Rui, e suas datas de nascimento e falecimento. Ao lado ficavam o busto da República e os escudos da Justiça, da Liberdade, da Eloquência, das Letras e das Ciências. Foi uma grande festa da elite carioca, com a presença do presidente e de bandas militares à frente do templo. Uma grande orquestra tocou durante a cerimônia, a que se seguiu um longo discurso de monsenhor Rangel.

10. Ver, sobre a capital paulista, *O Estado de S. Paulo*, 26/3/1923; e, sobre Salvador, a *Gazeta de Notícias*, 13/3/1923 e *A Pátria*, 5/4/1923. Note-se que o governador baiano era o antigo adversário político de Rui, J. J. Seabra, que decretou luto oficial e mandou celebrar exéquias pelo arcebispo primaz do Brasil.

11. Ver série DC 2 do Arquivo Rui Barbosa, da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), respectivamente docs. 3, 1-a e 4.

12. Série DC 2, doc. 7.

13. Ver *O País*, 24/3/1923.

14. Esse jornal não está identificado, mas consta a notícia na pasta de recortes da Biblioteca da FCRB referente ao ano de 1923. O caso foi também publicado em *O País* de 15/3/1923.

15. O rei Alberto da Bélgica fizera questão de conhecer Rui Barbosa quando de sua visita ao Brasil, em 1920, mesmo não tendo sido tal encontro programado pelo governo de Epitácio Pessoa.

16. *O Tempo* de 15/1/1924 faz um resumo dos principais telegramas recebidos pelo presidente e pelo chanceler.

17. Respectivamente, DC 1/7, doc. 315 e DC 1/21, doc. 1070.

18. Ver, por exemplo, DC 2, doc. 5, 6 e 9.

19. Em 1921, Rui fora eleito membro da citada Corte Internacional, com a mais elevada votação, mas não pôde assumir seu lugar devido à sua má condição de saúde (ver FCRB, 1995: 182).

20. Esses exemplos foram retirados do número especial da revista *O Tempo* (15/1/1924), que traz um grande painel de homenagens a Rui no exterior.

21. Até o fim da vida, Rui Barbosa foi designado por esse título imperial, que recebera em 1884. A constante utilização do título demonstra a persistência de hierarquias simbólicas imperiais ainda na República.

22. Citado em *O País*, 5/3/1923.

23. Citado em *O Tempo*, 15/1/1924.

24. *O País*, 6/3/1923 e Arquivo da FCRB, DC2, doc.1

25. Ver *O País*, 4/3/1923.

26. Série DC2, doc.3.



27. O discurso está transcrito em *O Tempo* de 15/1/1924, que muito interessantemente dizia que o autor não pudera pronunciá-lo “em virtude da grande comoção de que estava possuído”. Palma era um político baiano que J. J. Seabra havia pouco propusera a Rui Barbosa como candidato de ambos ao governo da Bahia, como possibilidade de reconciliação.

28. *Jornal do Comércio*, 8/3/1923.

29. *A Notícia*, 9/3/1923.

30. *Rio-Jornal*, s.d., pasta de recortes de 1923 da FCRB. O articulista, Antônio Maciel, se referia ao cérebro de Rui como “relicário divino”.

31. Citado em *O Tempo*, 15/1/1924.

32. A expressão foi utilizada em uma caricatura de Vieira da Cunha na revista *O Malho* de 5/4/1919, reproduzida em Herman Lima (1950: xxi).

33. Não deixa de ser curioso que o próprio Patrocínio tivesse dito em 1885: “Deus acendeu um vulcão na cabeça de Rui” (apud Herman Lima, 1950: xxv).

34. Valéria Costa e Silva (1999) conta que quando da morte de Machado de Assis sua cor escura levantou problemáticas similares às levantadas pelo físico franzino de Rui. No universo racista de então, a pele do escritor não parecia à maioria de seus admiradores condizente com seu talento e espiritualidade. Seu atestado de óbito, por exemplo, descrevia-o como de cor branca.

35. Isso não significa que presidentes não fossem apresentados como possíveis heróis nacionais. O que ocorreu foi o insucesso parcial de tal empreitada. Abaixo cito enterros de três presidentes como momentos de tentativa de sua consagração como heróis nacionais.

36. Nabuco morreu em Washington, mas seu corpo foi pomposamente velado no Rio antes de seu enterro no Recife, concluindo um grandioso périplo que

demonstra a importância dos funerais cívicos. Pinheiro Machado e Rodrigues Alves morreram na capital federal, mas foram depois enterrados, respectivamente, em Porto Alegre e Guaratinguetá.

37. Este último, ocorrido em 1895 no bojo da agitação jacobina contra Prudente de Moraes e o modelo liberal de República que supostamente representava, parece ter sido de fato sensacional, alimentado pela efervescência simbólica e política da época da consolidação da República. Além dos costumeiros discursos verborrágicos, dos grandiosos cortejos e velório que se tornariam tão frequentes no período que se iniciava, os funerais do ditador compreenderam uma exposição do cadáver em câmara ardente durante três meses (Simas, 1994: 93). O ritual se prolongava para garantir maior durabilidade ao culto àquele que os jacobinos tomavam como “o Salvador da República”.

38. O capítulo 19 de Schwarcz (1998) dá importantes indicações sobre esse fenômeno, completado no governo Vargas. Porém, comete o importante erro de dizer que o traslado dos restos ocorreu em 1922. Não há dúvida de que eles chegaram ao Rio em fevereiro de 1921, quando foram depositados na Catedral para exposição pública, depois de cortejo na cidade a partir da praça Mauá. Ademais, ao contrário do que afirma a autora, o Conde d’Eu chegou ao Brasil acompanhando os corpos, o que causou grande comoção popular (a viagem em que morreu, no ano seguinte, mencionada por Schwarcz, seria sua segunda visita ao Brasil republicano). Acompanhava o Conde seu filho, o príncipe dom Pedro. Ver *A Razão*, 8 e 9/2/1922.

39. Note-se aliás que Rui Barbosa, único sobrevivente dos signatários do decreto de banimento da família imperial, foi

grande defensor de tal reabilitação, tendo em duas ocasiões discursado na Liga da Defesa Nacional a favor do traslado e de homenagens póstumas (ver *A Razão*, 16 e 22/12/1920). Essas foram as primeiras ocasiões em que Rui foi à Liga, em que ocupava cargos de honra nunca realmente exercidos; Rui presidiu a primeira dessas sessões, no dia 15 de dezembro de 1920.

40. Ver *O País*, 14/2/1912.

41. Idem, 12/4/1910.

42. *Diário de Notícias*, apud Simas (1994: 92).

43. *O País*, 30/9/1908.

44. Idem, 15/6/1909.

45. Idem, 11/9/1915.

46. Idem, 16/1/1919.

47. Isso está bem analisado, no caso de Euclides, por Regina Abreu (1998).

48. O termo ganha assim conotação metonímica, tendo-se originado de um herói cívico mais antigo.

49. Faço aqui um uso bastante livre do termo “hierarquia”, que *não* se refere à categoria analítica de Dumont (1990), à sua definição de “englobamento do contrário”. Hierarquia tem aqui um sentido mais usual, não se opondo portanto a “individualismo”. Faço minhas as palavras de Gilberto Velho: “No caso em pauta sugiro que estamos lidando com um sistema que apresenta hierarquia e individualismo como ordens simbólicas alternativas, ora complementares, ora contraditórias. Por isso mesmo, as próprias noções hierarquia e individualismo passam a ter conotação específica, diferente, creio, de situações estudadas por Louis Dumont” (1987: 53). Nesses termos, um individualismo que cause desigualdades é visto como hierarquizante.

### Referências bibliográficas

ABREU, Regina. 1998. *O enigma de “Os sertões”*. Rio de Janeiro, Rocco/Funarte.

BOURDIEU, Pierre. 1992. “Rites as acts of institution”, in PERISTIANY, J. G. e PITT-RIVERS, Julian (eds). *Honor and grace in anthropology*. Cambridge, Cambridge University Press.

CAMPOS, Humberto de. 1951. *Perfis (crônicas) – Segunda série*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre, W. M. Jackson Editores.

CARVALHO, José Murilo de. 1996. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Cia. das Letras.

COSTA E SILVA, Valéria Torres da. 1999. “Os segredos da imortalidade: uma etnografia da Academia Brasileira de Letras”. Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ (dissertação de mestrado).

DUMONT, Louis. 1990. *Homo hierarchicus: le système des castes et ses implications*. Paris, Gallimard.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1995. *Cronologia da vida e obra de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Edições CRB.

GONÇALVES, João Felipe. no prelo. “As Imponentes Festas do Sol’: o jubileu cívico-literário de Rui Barbosa em

- 1918”, in FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Coletânea de estudos históricos sobre Rui Barbosa*. Rio de Janeiro, Edições CRB.
- KANTOROWICZ, Ernst H. 1957. *The king's two bodies: a study in medieval political theology*. Princeton, Princeton University Press.
- LEENHARDT, Maurice. 1979. *Do Kamo: person and myth in the Melanesian world*. Chicago, Chicago University Press.
- LEVY-BRUHL, Lucien. 1963. *L'âme primitive*. Paris, PUF.
- LIMA, Herman. 1950. *Rui e a caricatura*. Rio de Janeiro, Gráfica Olímpica Editora.
- LUSTOSA, Isabel. 1989. *Histórias de presidentes: a República no Catete*. Petrópolis/Rio de Janeiro, Vozes/FCRB.
- MATTA, Roberto Da. 1990. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1998. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Cia. das Letras.
- SIMAS, Luiz Antônio. 1994. “O Evangelho segundo os jacobinos: Floriano Peixoto e o mito do Salvador da República Brasileira”. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ (dissertação de mestrado).
- SIMMEL, Georg. 1993. *On individuality and social forms*. Chicago and London, Chicago University Press.
- TURNER, Victor. 1995. *The ritual process: structure and anti-structure*. New York, Aldine de Gruyter.
- VAN GENNEP, Arnold. 1992. *The rites of passage*. Chicago, Chicago University Press.
- VELHO, Gilberto. 1987. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

(Recebido para publicação em dezembro de 1999)